

## **Programa da disciplina de Profissões Jurídicas e Deontologia**

1. Panorama das profissões em que a formação jurídica é relevante. A ideia de “profissão jurídica”. A ligação entre cada profissão jurídica e o modo de compreender o Direito.
2. O conceito de deontologia. A recepção pelo Direito das normas deontológicas.
3. Os juízes
  - 3.1. Estatuto, selecção e formação: panorama comparativo e formulação de modelos; relação desses modelos com os modelos de sistemas de fontes de Direito e com outras variáveis.
  - 3.2. As regras constitucionais portuguesas sobre o estatuto dos juízes
  - 3.3. O actual sistema português de selecção e formação de juízes
  - 3.4. Alguns outros aspectos da lei designada por Estatuto dos Magistrados Judiciais
    - 3.4.1. Funções do Conselho Superior da Magistratura
    - 3.4.2. A progressão na carreira
  - 3.5. As inspecções judiciais
4. Os advogados
  - 4.1. O conteúdo da profissão
  - 4.2. Formas do exercício da advocacia
  - 4.3. Regras deontológicas
  - 4.4. Alguns outros aspectos da lei designada por Estatuto da Ordem dos Advogados

- 4.5. A formação dos advogados
  
- 5. O Ministério Público
  - 5.1. Localização histórico-política da instituição
  - 5.2. As regras constitucionais portuguesas sobre o Ministério Público
  - 5.3. Alguns aspectos infra-constitucionais da orgânica do Ministério Público português
  - 5.4. A posição do Ministério Público na acção penal
  - 5.5. Funções extra-penais do Ministério Público
  - 5.6. O Ministério Público e a classificação das funções do Estado
  - 5.7. Alternativas ao Ministério Público resultantes do Direito Comparado
  
- 6. Os notários
  - 6.1. Panorama comparativo e formulação de modelos
  - 6.2. Funções dos notários portugueses
  - 6.3. O futuro do notariado
  
- 7. Outras profissões
  - 7.1. Conservadores
  - 7.2. Solicitadores (incluindo os solicitadores de execução)
  - 7.3. O grupo “pessoal oficial de justiça” dos funcionários da justiça

### **Sugestões de temas para trabalhos**

- 0.1. Os limites entre o jurídico e o deontológico
- 0.2. A recepção pela lei das regras deontológicas
- 0.3. Deontologia e auto-regulação profissional
  - 1.1. Os processos de recrutamento e de formação dos juízes
  - 1.2. A auto-governança dos juízes
  - 1.3. A regra constitucional de que os juízes dos tribunais judiciais “formam um corpo único”

- 1.4. A regra constitucional de que o recrutamento dos juizes dos tribunais judiciais de segunda instância se faz por concurso curricular entre juizes da primeira instância
- 1.5. A “carreira” de juiz
- 1.6. As inspecções judiciais
- 1.7. Os juizes e a comunicação social
- 2.1. Ministério Público e Poder Executivo
- 2.2. A origem histórica do Ministério Público
- 2.3. O Ministério Público e a comunicação social
- 2.4. Alternativas ao Ministério Público oferecidas pelo Direito Comparado
- 3.1 A proibição de actividade política aos magistrados judiciais e aos magistrados do Ministério Público
- 3.2 Restrições legais à liberdade de residência e de circulação dos magistrados judiciais e dos magistrados do Ministério Público
- 3.3 Os direitos especiais dos magistrados judiciais e dos magistrados do Ministério Público
- 3.4 A classificação dos juizes de direito e dos magistrados do Ministério Público
- 4.1. A natureza jurídica da Ordem dos Advogados
- 4.2. Estrutura orgânica da Ordem dos Advogados
- 4.3. A discussão pública de questões profissionais pelos advogados
- 4.4. Os deveres recíprocos dos advogados
- 4.5. O regime das sociedades de advogados
- 4.6. A advocacia transeuropeia
- 4.7. Problemas levantados pelos “consultórios jurídicos” nos meios de comunicação social
- 4.8. Comparação das regras deontológicas dos advogados portugueses com outros códigos deontológicos
- 4.9. O recurso à “quota litis” como forma de remuneração dos advogados
- 4.10. O lugar do tempo despendido na determinação dos honorários dos advogados
- 5.1. As funções dos notários
- 5.2. O estatuto profissional dos notários
- 5.3. As funções dos conservadores
- 5.4. A obrigação de sigilo nas várias profissões jurídicas

- 5.5. Os juízes do Tribunal de Contas
- 5.6. O juiz de paz
- 5.7. A mediação nos julgados de paz
- 5.8. O administrador do tribunal
- 5.9. Os funcionários de justiça
- 5.10. As funções dos solicitadores
- 5.11. Os trajos profissionais das várias profissões jurídicas
- 5.12. Retratos literários das profissões jurídicas
- 5.13. Tipos teatrais de advogados e juízes
- 5.14. Tipos cinematográficos de advogados e juízes
- 5.15. Retratos de juristas nas artes plásticas
- 6.1. O estatuto dos juízes do Tribunal Penal Internacional
- 7.1. A deontologia dos árbitros
- 8.1. Estatísticas das profissões jurídicas – sua análise
- 9.1. O “processo de desjudicialização” – alguns aspectos